

OS CURRÍCULOS, A DIVISÃO MENINOS-MENINAS E AS LINHAS ABISSAIS

Maria Luiza Sússekind¹

Clarissa Teixeira²

Luiza Tulani³

Vinicius Hozana⁴

RESUMO

Comunicação parte de análise do contexto presente das políticas de currículo e ameaça à democracia seguida de aprofundamento teórico das noções de currículo e docência em disputa na atualidade. Argumentamos que a unificação provoca abissalidades e amplia a desigualdade social e apontando, por fim, a necessidade da defesa da *educação com e para todos* pautada na diferença e não homogeneização e, também, da participação popular na formulação e realização das políticas educacionais. Com esse fim, desdobramos os seguintes argumentos a partir de narrativas de uma sala de aula de uma escola da rede municipal do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: justiça cognitiva – currículos – democracia

Defendemos que nosso papel como docentes e pesquisadores é rejeitar a reforma neoliberal conservadora baseada na tríade unificação curricular, avaliação externa padronizada e massificação do material didático pois entendemos que sob a promessa de gerar iguais oportunidades de aprender, realiza controle e caça a autonomia do trabalho docente, descaracterizando a diferença e contribuindo para a crescente desigualdade dos sistemas educacionais. Trata o ser humano como *objeto de direitos e não sujeitos*⁵ do direito de aprender. Assim, demoniza o trabalho docente, abissaliza o estudante, e, desvaloriza a *aula* abduzindo dos currículos sua principal característica que é ser uma criação cotidiana tecida como *conversa*, e ameaça a formação de professores e sua docência como trabalhadores-intelectuais. Portanto, ao acreditarmos que as práticas curriculares são inevitavelmente criativas, que se movimentam em redes de resistências, subversões, obediências desobedientes e escapes, sempre e de diversas formas, mesmo sem permanente

¹ **Maria Luiza Sússekind** é Jovem Cientista/FAPERJ 2017, Pesquisadora Universal/CNPq. Exerce o cargo eletivo de Segunda Secretária Nacional da ANPEd. É Líder do Grupo de Pesquisa Práticas educativas e formação de professores/GPPF, Professora PPGedu-UniRio/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e foi coordenadora PIBID/Interdisciplinar UNIRIO 2010-2018. Possui formação em Pós-doutorado em Currículo UBC/The University of British Columbia, Doutorado em Educação PROPED/UERJ, é Magister Scientiae CPDA/UFRRJ e Licenciada em História PUC/RJ. E-mail: luli551@hotmail.com

² Pós-graduanda no PPGedu/UniRio e professoras da rede pública no Rio de Janeiro.

³ Pós-graduandos no PPGedu/UniRio e professoras da rede pública no Rio de Janeiro.

⁴ Graduanda e Pedagogia UniRio e bolsista IC/Universal/CNPq. Todos são Membros do GPPF.

⁵ SANTOS, B.S. **Se deus fosse um ativista dos direitos humanos**. Coimbra: Ed. Almedina, 2013, 160 pp. 13.



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

intencionalidade, à normatividade e ao controle curricular, e por isso entendendo a *aula* como uma *conversa complicada*⁶ e os currículos como criações cotidianas que acontecem *no chão da escola* onde até mesmo conteúdo são negociados entre professores, estudantes, comunidades, historicidades, e a própria sociedade precisamos reafirmar que

A teoria do currículo diz respeito à descoberta e à articulação, para si e para os outros, do significado educacional das disciplinas escolares, para o eu e para a sociedade, em momento histórico em constante transformação. Em consequência, a teoria do currículo rejeita a atual reforma do ensino “inspirada no mundo dos negócios”, com sua ênfase em notas de provas padronizadas, análogos acadêmicos do produto final das empresas, isto é, “lucros”. (PINAR, 2008)

Nesse sentido, nossas pesquisas nas e com as escolas apostam em conversas e narrativas acreditando que a socialização de experiências curriculares vividas por professores é uma arma na luta contra a precarização da docência pois valoriza a potência criadora de práticas mais ecológicas, emancipadoras, que enfrentam os epistemicídios (SANTOS, 2010). Nossa apresentação é baseada nos acontecimentos *nos dos* cotidianos e no documento final da Conae 2014.

Quando valorizamos o outro como legítimo (MATURANA, 1998, p. 27 apud SUSSEKIND; LONTRA, 2016, p. 89), nós reconhecemos nas alteridades, nas redes, nas pessoas enredadas pelos muitos fios das diferentes tessituras nos cotidianos. Nesse trabalho, puxamos um dos fios condutores das práticas de uma professora *nada* escola pública municipal do Rio de Janeiro que narra um encontro com uma criança negra, favelada, que não se identificava com seu gênero de nascença.

Pensando com o documento produzido na CONAE 2014 (BRASIL, 2014), contamos essa história no intuito de refletir na política educacional pautada na diversidade traz para o exercício da prática democrática a problematização sobre a construção da igualdade social e as desigualdades existentes. Esta construção pressupõe o reconhecimento da diversidade no desenvolvimento sócio histórico, cultural, econômico e político da sociedade. No contexto das relações de poder, os grupos humanos não só classificam as diferenças como, também, as hierarquizam, colocando-as em escalas de valor e subalternizando uns em relação a outros. Nesse processo, as diferenças são descaracterizadas e transformadas em desigualdades

⁶ PINAR, W. F. **What is curriculum theory?** [O que é teoria do currículo?] New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2012.

(Idem, p. 29); o que nas escolas pautam políticas que ampliam desigualdades como a BNCC e provocam cotidianamente injustiças no aprender.

Imaginar uma sala de aula como um ambiente repleto de alunos e alunas com um adulto no comando do grupo é uma generalização excludente, é um imaginário construído na modernidade patriarcal cristã. Um importante desafio de quebrar a lógica excludente que persiste em fazer parte das rotinas escolares no Ensino Fundamental: a separação meninos e meninas. Articulamos nossas ideias com as de Boaventura de Souza Santos (2003, p. 56) defendendo que

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza.

A professora nos conta que Pedro Douglas⁷ foi seu aluno e *sua presença* mudou sua forma de olhar a sala de aula. Pedro era nascido numa casa onde moravam onze mulheres, o *único macho* como dizia sua mãe.

Pedro foi estudante na creche municipal onde eu trabalhava. Nossa primeira interação foi no maternal I, aos poucos fomos nos aproximando criando laços de afeto. O ano terminou, sua mãe estava satisfeita, pois ele gostava de ir para a escola, e ela sempre brincava comigo dizendo que estava até com ciúmes. No ano seguinte peguei a mesma turma. Logo no primeiro mês eu e a agente auxiliar que me acompanhava desde 2013, percebemos a mudança daquela criança, da sonolência ao êxtase, da tramitação em todos os nichos que se formam nas brincadeiras livres para somente as brincadeiras onde as meninas estavam e finalmente da sua identificação crescente com o feminino. Nossa preocupação inicial era se comentávamos com a mãe nossas percepções e a cada dia que passava colocávamos mais um tijolo na linha abissal (Santos, 2010) que atravessava nossa sala pois apesar de priorizarmos brincadeiras livres, nossas práticas cotidianas ainda insistiam na demarcação menino e menina, o que muitas vezes invisibilizava e tornava inexistente a presença daquela criança. O dia tão temido chegou e a mãe de Pedro entra já nervosa dando o recado sem bom dia: “eu vim aqui te dizer que é culpa sua o meu filho estar desse jeito”. Ela nos contou que no dia anterior quando foi buscar seu filho uma criança gritou “Tchau, Pedro bichona”. Quando chegou em casa perguntou ao filho o fazia na escola e Pedro respondeu que brincava de boneca com panelinhas.

Em conversa, a professora nos relatou que *o que a deixou mais preocupada* foi “o fato de eu desconhecer as agressões verbais ao Pedro”. Para ela, a distinção menino x menina precisava acabar em sua sala. A primeira prática a mudar foi na roda de conversas, momento

⁷ Nome fictício.

em que ela abria os trabalhos do dia conversando, onde a clássica contagem de quantas meninas e meninos cedeu o lugar para quantos estavam presentes e quantos haviam faltado. O *trenzinho* (imposto pela direção para deslocamento da turma sem bagunça) que se dividia em menino e menina passou a ser espaço de aprendizagem também, cada semana uma proposta diferente, organização por altura, mês de aniversário, ordem alfabética, entre outros. Os materiais para as atividades passaram a cada vez mais a serem escolhidos democraticamente pelas crianças. Cada dia era um desafio no rompimento com a lógica patriarcal cristã que tenta aprisionar nossos corpos e é responsável pela arquitetura abissal da exclusão aos que não se enquadram nos papéis previstos.

Nas pesquisas com os cotidianos nas escolas precisamos agir de modo que busque justiça também suspendendo o julgamento e valorizado o que acontece de modo quase invisível, mas impregna de democracia as existências. Como, por fim, declara a professora:

Eu me dei conta que nossas redes tinham mudado, pois antes por mais que eu falasse sobre a diferença, não agia dentro dela, agia legitimando um padrão fascista. Quando essa lógica some das nossas práticas cotidianas, as crianças vivem as diferenças, não escutam sobre somente. Com o passar dos meses Pedro se expressava cada vez mais livremente: manuseando a massa de modelar fazia unhas compridas, coloridas e tinha muito cuidado para não quebrá-las; prendia o casaco na cabeça fingindo sair do banho com os cabelos enrolados na toalha; fazia shows junto com as meninas para a turma dançando; se desenhava com vestido e por fim numa roda de conversa disse que era uma menina. Quanta apreensão eu senti do que fariam, pois o episódio do “Tchau, Pedro bichona” não saía da minha cabeça, mas para a minha surpresa, uma criança disse: “você é menina, eu sou menino, ela é menina, a Tia é mulher. Todo mundo é do seu jeito”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Documento Final – Conae 2014. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <<http://conae2014.mec.gov.br/images/doc/Sistematizacao/Impressos/DocumentoBase02.pdf>> Acesso em: 07 out. 2016.

PINAR, W. F. A equivocada educação do público nos Estados Unidos, In: GARCIA, R. L. e MOREIRA, A. F. B. (orgs). Currículo na Contemporaneidade: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SÜSSEKIND, M. L.; LONTRA, V. Narrativas como travessias curriculares: sobre alguns usos da pesquisa na formação de Professores. Roteiro, v. 41, p. 87-107, 2016.



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>